

Notas sobre os mecanismos de desumanização dos oprimidos

Walace Rodrigues¹

Resumo

Este artigo nasce a partir de discussões no IV GELLNORTE, ocorrido em outubro de 2023, em Porto Nacional/TO. Nossa tentativa, com este trabalho, é mostrar como os mecanismos coloniais de opressão e subjugação dos grupos oprimidos ainda persiste em nossa sociedade brasileira, revelando uma tentativa de desumanização dos sujeitos sociais marginalizados (não-centrais), o que se reflete até mesmo na língua portuguesa brasileira. Nossa pesquisa para este artigo foi bibliográfica e nossa análise foi qualitativa. Os resultados deste artigo revelam que os mecanismos coloniais de dominação e opressão ainda estão vigentes no Capitalismo e no Neoliberalismo, revelando uma faceta cruel e de perpetuação de tentativas de desumanização dos sujeitos mais vulneráveis socialmente (não somente economicamente, mas também simbolicamente).

Palavras-chave: Subalternização; Opressão; Colonialismo; Capitalismo; Neoliberalismo.

Abstract

This paper was born from discussions at IV GELLNORTE, held in October 2023, in Porto Nacional/TO. Our attempt with this work is to show how the colonial mechanisms of oppression and subjugation of oppressed groups still persist in our Brazilian society, revealing an attempt to dehumanize marginal (non-central) social subjects, which is reflected even in the Brazilian Portuguese language. Our research for this paper was bibliographic and our analysis was a qualitative one. The results of this work reveal that colonial mechanisms of domination and oppression are still in force in Capitalism and Neoliberalism, revealing a cruel and perpetuating facet of attempts to dehumanize the most socially vulnerable subjects (not only economically, but also symbolically).

Keywords: Subordination; Oppression; Colonialism; Capitalism; Neoliberalism.

¹ Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLit/UFNT). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins – GESTO, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – CAPES/CNPq.

Introdução

As observações aqui apresentadas nasceram a partir de discussões de uma apresentação oral no IV Encontro dos Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Norte do Brasil (IV GELLNORTE), realizado de 24 a 27 de outubro de 2023, na cidade de Porto Nacional/TO.

Este artigo emerge a partir de nossas observações de que os mecanismos coloniais de opressão se baseavam na tríade “raça, gênero e classe social”. Acreditamos que tais mecanismos se fundavam na desumanização dos negros, das mulheres, dos corpos LGBTQIA+, entre outros grupos marginalizados na sociedade brasileira. Esses mesmos mecanismos de subalternização são ainda utilizados pelo Capitalismo e suas vertentes liberais atuais, como deixamos claro neste artigo.

Ainda, nossa pesquisa para este artigo foi qualitativa e baseou-se em uma busca bibliográfica por conceitos que podem nos auxiliar a compreender o funcionamento dos mecanismos de exclusão dos sujeitos subalternizados, oprimindo-os socialmente e desumanizando-os. Alguns autores utilizados nesta discussão foram: Paulo Freire, Judith Butler (2020), Michel Foucault (2018), João Pacheco de Oliveira (2010), Ana Mae Barbosa (1995), Valéria da Hora Bessa (2008), Wallace Rodrigues (2014, 2016, 2021), entre outros.

Desumanizando por meio dos mecanismos de subalternização dos sujeitos

Esta discussão sobre mecanismos que buscam desumanizar as pessoas não poderia deixar de começar a partir das teorias e pensamentos de um dos maiores intelectuais brasileiros: Paulo Freire. Freire enxergava os a educação dos sujeitos oprimidos e marginais (que não detêm um papel social central importante) e suas lutas por melhoria de vida como necessárias aos enfrentamentos das opressões verificadas já na década de 1960. Freire defendia a ideia de que a opressão se dá pela ação de todo aquele sujeito ou instituição que, através de poder ou influência em defesa de uma ideia, espaço social ou status, desumaniza os demais para, assim, continuar perpetuando uma situação de comando, de opressão e de subjugação. Tais mecanismos estão diretamente

ligados, no caso brasileiro, à continuação de poder pelas camadas sociais mais abastadas.

Para Valéria Bessa, os oprimidos vislumbrados por Freire são aqueles com menos acesso aos serviços sociais e educacionais da sociedade capitalista. Neste caminho, ele construiu, por meio da educação escolar, um mecanismo pelo qual valorizava o pensar crítico que deve surgir a partir da educação escolar dos sujeitos oprimidos. Bessa comenta que:

Paulo Freire, na sua prática educacional, preocupa-se com as classes populares. No contexto do que denominou ser uma “pedagogia do oprimido”, construiu uma verdadeira concepção política do ato de educar, adotando como princípios fundamentais a valorização do cotidiano do aluno e a construção de uma práxis educativa que estimule a leitura crítica do mundo. Na visão do educador, a Educação popular progressista não separa, em nenhum momento, o ensino dos conteúdos de desvelamento da realidade. Em sua proposta, o ato de conhecimento tem como pressuposto fundamental a cultura do educando; não para cristalizá-la, mas como “ponto de partida” para que ele avance na leitura do mundo, compreendendo-se como um sujeito da história, compreendendo que é por meio da relação dialógica que se consolida a educação como prática da liberdade (Bessa, 2008, p. 112)

Neste mesmo caminho de educar-se para ter mais liberdades e lutar por melhores condições de vida, Rodrigues enfatiza um pouco mais sobre os resultados esperados do processo de escolarização freireano:

[...] a mudança de olhares em relação ao mundo que cerca o estudante faz com que este se torne mais crítico de suas condições sociais, econômicas, políticas, educacionais etc. Isso diretamente faz com que as pessoas conscientes e críticas se rebelem contra as injustiças, algo que, por exemplo, o regime militar brasileiro, como um regime autoritário, não desejava que acontecesse. Compreendemos que a educação não pode formar ovelhas para o rebanho, mas deve transformar indivíduos oprimidos em seres humanos conscientes de suas condições no mundo e lutadores por melhores condições de vida. (Rodrigues, 2021, p. 104)

Assim, partindo do princípio freireano de “oprimido”, alargamos esta compreensão para os grupos indígenas, os negros, os grupos LGBGTQIA+, as mulheres, entre outros grupos sistematicamente fragilizados no Brasil em suas relações sociais, laborais, educacionais etc. Estes grupos podem ser considerados como os oprimidos, os subjugados, os subalternos, na sociedade brasileira. Pensamos que somente ser parte destes grupos faz com que o sujeito sofra preconceitos, subalternização e discriminação a todo tempo, mas esses grupos detêm as pessoas que sofrem mais com as relações sociais desiguais no Brasil. Até mesmo no caso das mulheres, pois mesmo as mulheres mais abastadas e em altos cargos funcionais sofrem com algum tipo de misoginia em uma sociedade tão patriarcal e machista como a nossa.

Voltamos a lembrar que o mecanismo colonial de subjugação dos corpos que deveriam trabalhar sempre se pautou na tríade “raça, gênero e classe”. Tal mecanismo passa das relações coloniais para o capitalismo neoliberal brasileiro sem muitas mudanças fundamentais na mentalidade nacional. Apesar de termos leis contra a discriminação de pessoas, contra o racismo, contra a homofobia etc, nossa sociedade ainda reverbera os estigmas de diferenciação social que nasceram lá na época colonial e que perduram ainda hoje. O patriarcalismo da colonização brasileira perdura até hoje, beneficiando os homens brancos, bem-sucedidos financeiramente e heterossexuais em detrimento dos “outros” grupos sociais.

Se as relações de força e poder durante o período colonial se formaram e se solidificaram via as relações sociais, elas ainda perduram por esta via no capitalismo à brasileira. O filósofo Michel Foucault informa-nos que o poder se baseia nas relações sociais, confirmado nosso entendimento de que a subjugação dos grupos oprimidos acontece por meio das relações sociais:

O poder não é uma coisa. O poder são relações. O poder são relações entre indivíduos, uma relação que consiste que um pode conduzir a conduta do outro, determinar a conduta do outro. E determinada voluntariamente em função de uma série de objetivos que são seus. Dito de outra forma, quando olhamos o que é o poder, o poder é um exercício de governo, no sentido amplo do termo. Pode-se governar uma sociedade, pode-se governar um grupo, uma comunidade, uma família, e se pode

governar alguém. Quando digo governar alguém é simplesmente no sentido de que se pode determinar sua conduta em função de estratégias, usando certas táticas. (Foucault, 1981, s.p.)

Este entendimento de que o poder são as relações entre pessoas e por meio de tais relações pode ser verificado leva-nos a compreender como os grupos socialmente mais vulneráveis, oprimidos e subalternizados são tratados. Desprovidos de toda característica de sujeitos humanos, essas pessoas são animalizadas pela via da língua. Em nosso caso, trabalharemos com a língua portuguesa utilizada no Brasil para oferecer exemplos deste mecanismo de opressão social.

Nomear como forma de poder e animalização como mecanismo desumanizador

Temos que compreender, neste momento, que nomear é um ato de poder. Ou seja, o ato de nomear algo ou alguém, por si só, já revela poder. No período colonial, eram os invasores que detinham este poder. Como a língua está em constante mudança e varia de região para região no Brasil, utilizaremos aqui alguns termos mais correntes em todo o território nacional para compreender o ato de nomear animalizando as pessoas como um mecanismo de desumanização, tirando da pessoa sua humanidade e aproximando-as dos animais não racionais. O nomear animalizando é entendido aqui como um mecanismo eficiente de subalternização dos oprimidos e desumanização das pessoas, sendo utilizado correntemente em nossa sociedade.

Começamos pelo exemplo dos indígenas brasileiros, os habitantes destas terras antes das invasões colonizadoras. Os indígenas brasileiros dividiam-se em muito grupos linguísticos e estendiam seus domínios da costa atlântica até os interiores mais profundos das florestas brasileiras. Com modos de vida muito adaptados aos ambientes que habitavam, foram vistos como "selvagens" pelos europeus da época e que aqui chegaram para dominar terras e gentes.

A arte-educadora Ana Mae Barbosa informa-nos que fomos “domados” pelos jesuítas que aqui chegaram nas caravelas portuguesas. Os indígenas, tidos como “xucros”, adjetivo utilizado para cavalos que necessitam ser amansados, deveriam ser “domados”:

A consciência de ser colonizado dos brasileiros é titubeante, confusa e mal-explicitada. Precisaríamos de um decodificador cultural como Frantz Fanon para nos analisar, pois só alguém como ele, psicanalista, antropólogo e anticolonialista, daria conta de nossa conturbada personalidade colonizada. Diferentemente dos outros países da América do Sul e da maioria dos países colonizados do mundo, depois de três séculos de dominação portuguesa, de repente nos vimos como capital do Reino Português. Os anos anteriores de dominação tinham sido muito degradadores, como, em geral, o foi a colonização europeia. Proibidos determos imprensa, escolas superiores e mesmo um ensino primário e secundário organizado, fomos domados pelos jesuítas e mesmo eles terminaram por ser expulsos do Brasil pelo poder central, configurado pelo Marquês de Pombal. Até aí a história é a mesma de qualquer país descoberto pelos europeus. Estávamos condenados à ignorância e a receber como habitantes os prisioneiros e indesejáveis do país que nos dominava (Barbosa, 1995, p. 59)

No mesmo caminho de compreensão da subalternização e desumanização dos indígenas, João Pacheco de Oliveira deixa-nos ver que os autóctones brasileiros eram vistos pelos europeus como selvagens e indolentes:

Ocasião que me parece muito adequada para propor outra leitura da História de nosso país e de sua relação com os povos autóctones. Não basta mudar as valorações da narrativa convencional, informando às crianças e à opinião pública que os índios não são inferiores, primitivos, traiçoeiros ou indolentes. As nossas etnografias estão repletas de exemplos belíssimos da humanidade dos indígenas, da elevação de seus valores éticos e estéticos, da sofisticação de seus conhecimentos. Quando tentamos levar tudo isto a um público mais amplo, seja através de entrevistas, livros didáticos ou de filmes e exposições, somos apenas pontualmente ouvidos, pois os novos dados e as imagens acabam por ser incorporados a uma estrutura narrativa que lhes é totalmente adversa, montada para excluir ou ressignificar informações que contrariem seus pressupostos. (Oliveira, 2010, p. 11)

Oliveira percebe que a narrativa colonial de que os indígenas brasileiros eram “inferiores, primitivos, traiçoeiros ou indolentes” ainda persiste em muitos meios, apesar de todos os esforços para que estes estigmas e discriminações sejam suavizados ou inexistam.

Trabalhando na cidade de Tocantinópolis, uma pequena cidade no norte do estado do Tocantins, tivemos a oportunidade de compreender como as narrativas de subalternização dos indígenas acontecem ainda hoje. Os Apinayé, grupo Timbira que habita a cidade e tem uma Terra Indígena que se estende por alguns municípios da região, sofrem os preconceitos dos cidadãos em relação a como são vistos. Um exemplo disto é a utilização de uma narrativa popular, na área urbana da cidade de Tocantinópolis, de que o homem do saco que leva as crianças desobedientes é caracterizado como um indígena. Ainda, os conflitos por terra na década de 1980 (época da demarcação da TI Apinayé) levaram a uma certa “apatia” em relação aos indígenas, seus saberes, seus fazeres etc.

Outro grupo bastante subalternizado e desumanizado na sociedade brasileira é o dos LGBTQIA+. Historicamente marcados pelos estigmas do preconceito e da marginalização, as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexo e assexuais, e grupos relacionados sofrem constante preconceito e são animalizados na sociedade brasileira. Os gays são correntemente chamados de “bicha” (palavra que se relaciona a bicho ou à verminoses intestinais), “viado” (do animal veado), entre outras palavras.

Vale ressaltar que a LGBTfobia é o preconceito em relação à identidade de gênero ou orientação sexual das pessoas. Ela alcança, além da homofobia, a lesbofobia (preconceito contra lésbicas), a gayfobia (preconceito contra gays), a bifobia (preconceito contra bissexuais) e a transfobia (preconceito contra pessoas trans). Vale lembrar, também, que o Brasil é um dos países que mais mata transsexuais no mundo. Susan Butler nos fala sobre os feminicídios das mulheres trans na América Latina:

Pensem nas vítimas de feminicídio na América Latina, especialmente em Honduras, Guatemala, Brasil, Argentina, El Salvador, mas também aqui, no México, que incluem toda pessoa brutalizada ou assassinada pelo fato de ser

feminizada, e isso inclui um grande número mulheres trans e de membros da comunidade de travestis. Essas mortes são frequentemente divulgadas ou publicadas como notícias sensacionalistas nos jornais; são seguidas por uma manifestação momentânea de comoção pública e, pouco tempo depois, acontecem novamente. Quando são divulgadas há uma reação horrorizada, não há dúvida, mas a reação nem sempre é acompanhada por uma análise focada em uma mobilização contra essas mortes tão generalizadas. Às vezes se diz que os homens que cometem esses crimes sofrem algum tipo de patologia, ou são considerados uma tragédia, ou a história é abordada como a enésima e periódica incidência de algo aberrante. Pensemos, no entanto, na descrição das feministas, que estão tentando teorizar a situação com o objetivo de conhecer os termos com os quais ela deve ser enquadrada e entendida. Montserrat Sagot, por exemplo, da Costa Rica, sustenta que “**o feminicídio expressa de forma dramática a relação desigual entre o feminino e o masculino e mostra uma manifestação extrema de domínio, terror, vulnerabilidade social, de exterminio e inclusive de impunidade**”. (Butler, 2020, s.p, grifos nossos)

Neste mesmo caminho de exclusão, de subalternização, de opressão, as mulheres sofrem com uma constante misoginia na sociedade brasileira, mesmo que de forma disfarçada. Em relação às mulheres que têm relações sexuais fora dos padrões morais patriarcais e machistas, elas são chamadas de “piranha”, “galinha” etc, sendo animalizadas por saírem dos padrões morais patriarcais arraigados da sociedade brasileira. Butler nos informa como as mulheres são vistas como “propriedade” dos homens nas sociedades machistas latino-americanas (incluindo o Brasil):

Podemos dizer que as mulheres são assassinadas não por causa de qualquer coisa que tenham feito, mas pelo que os outros percebem que são. **Como mulheres, são consideradas propriedade do homem, é o homem que ostenta o poder sobre suas vidas e suas mortes.** Não há nenhuma razão natural que justifique essa estrutura fatal e injusta de dominação e terror: faz parte de se transformar em gênero nos termos da norma dominante. Tornar-se homem, nessa perspectiva, consiste em exercer o poder sobre a vida e a morte das mulheres; matar é prerrogativa do homem a quem foi atribuído um determinado tipo de masculinidade. Portanto, espera-se de todos os que são designados no nascimento o gênero masculino que assumam uma trajetória masculina, que seu desenvolvimento e vocação sejam masculinos. (Lembramos que

o Brasil é um dos países do mundo onde mais feminicídios acontecem. (Butler, 2020, s.p, grifo nosso)

A partir da passagem seguinte, podemos verificar como o poder sobre a vida e a morte das mulheres é pensado como um “direito” dos homens. As mulheres, nas sociedades conservadoras e patriarcais, não detêm a liberdade sobre seus corpos, sendo objeto constante de controle por meio dos mecanismos de misoginia, subjugação, opressão e desumanização.

Outro caso interessante para este artigo é como as pessoas negras são tratadas no Brasil e no mundo que gira em torno da ótica colonizador-colonizado. Mesmo os negros famosos e ricos do futebol mundial sofrem com racismo em muitos momentos. Muitos são atacados com bananas em jogos, metaforizando sua animalização com os primatas. Ainda, como nos diz Rodrigues, durante o período colonial, os negros escravizados foram tidos como preguiçosos, num claro mecanismo de subjugação desses sujeitos:

[...] o estereótipo da preguiça baiana faz parte de representações criadas através de relações desiguais de poder na Bahia, desde os tempos coloniais, onde o escravo negro era quem trabalhava, porém era chamado como preguiçoso. **Através de seus mecanismos de poder os brancos senhores de escravos atuavam com sua força discursiva coagindo, disciplinando e controlando seus escravos.** (Rodrigues, 2014, p. 10, grifo nosso)

No entanto, mesmo os negros escravos sendo subjugados, a colônia não conseguiria sobreviver sem sua força de trabalho. Ou seja, o reinado colonial dos portugueses assentava-se fortemente na mão de obra dos sujeitos negros e das sujeitas negras escravizados.

Freire mostra-nos que o homem somente se humaniza por meio de seu fazer/ação no mundo, em sua práxis cotidiana: “somente o homem, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis” (Freire, 1989, p. 39).

Neste caminhar, compreendemos que a busca por inferiorizar as pessoas nasceu como um mecanismo colonial de dominação e opressão para o

aproveitamento da mão de obra das pessoas e perdurou até hoje. Os sujeitos que mais são animalizados e desumanizados são as pessoas não masculinas, não cisgêneros, não brancos, pobres e vulneráveis sociais e simbolicamente, entre outros grupos.

Vale pensar que o neoliberalismo se apoderou destes mecanismos de exclusão social para desumanizar ainda mais as pessoas socialmente. A falácia do empreendedorismo, por exemplo, somente marca uma fase histórica nacional (que esperamos que não seja longa) onde os subempregados são chamados de empreendedores, numa clara lógica de suavização das crueldades e desigualdades do mercado de trabalho informal versus o mercado formal. Nessa seara, negros pobres viram motoboys e, com alguma sorte a mais, motoristas de aplicativos, tentando sobreviver por vias onde a vulnerabilidade do trabalho formal fica clara.

Humanizar por meio da educação

Neste caminho, podemos pensar em um ensino humanizador, ou seja, aquele focado em ensinar por uma ética empática, de compreensão das diferenças e das riquezas que as pessoas podem proporcionar a uma sociedade. Tais conteúdos voltados para aspectos éticos devem estar inseridos nos currículos escolares (cf. Rodrigues, 2016), currículos mais humanizadores e empáticos às vicissitudes dos sujeitos “oprimidos”.

Compreendemos que é por meio da diferença que uma sociedade se solidifica e é a escola o local especial onde as diferenças se fazem presentes. É na escola, também, que as crianças se comunicam, socializam e aprendem. Aprender, portanto, respeitando o “outro” (o não-eu, o diferente de mim) é um aprendizado que devemos levar para toda a vida, pois, em uma sociedade que se diz “civilizada”, não há espaço para utilizar diferenças para discriminar e desumanizar as pessoas.

Como nos diz a feminista e pesquisadora dos Estudos Culturais Gayatri Spivak: “Se nós aprendemos racismo, nós podemos desaprendê-lo, e desaprendê-lo precisamente porque nossas ideias sobre raça representam um fechamento de possibilidade criativa, a perda da opção do outro, outro

conhecimento” (Spivak *apud* Landry; Maclean, 1996, p. 4, tradução nossa). Ou seja, racismo, discriminação e preconceitos são processos aprendidos. E se são aprendidos, podem ser desaprendidos. E este movimento pode acontecer por meio das instituições escolares. No entanto, necessitamos de currículos que levem em conta uma ótica ética, humanista e de natureza ambientalista, compreendendo que não podemos destruir o mundo que nos cerca e nos abarca, pois o homem não domina a natureza, mas é, ele mesmo, natureza.

Assim, um fechamento aos saberes e fazeres que os “outros” podem nos proporcionar acaba por não ser uma opção inteligente para ninguém. Uma abertura ética e sincera pelo que as pessoas têm a nos oferecer reflete um ato de inteligência emocional que pode privilegiar a todos que aprendem. E aprendemos sempre.

Percebemos que há um longo caminho educacional para desaprender a subjugar os corpos, sejam eles de que tipos forem, pois, historicamente, fomos ensinados a separar, qualificar, classificar etc a partir de padrões coloniais que nos foram passados. E os mecanismos de desconstruções de mentiras sobre os corpos deve perpassar, também, por um entendimento de como chegamos até aqui e de como os discursos de poder colonial ainda nos afetam e podem ser desaprendidos.

Desta forma, a escola coloca-se como local privilegiado de humanização de seus estudantes, de respeito aos “outros” (os não-eus), de aprendizados que valorizem o homem como natureza e como raça única (a raça humana), mas que influencia diretamente no mundo natural e dele sofre direta influência.

Algumas considerações finais

Este artigo buscou mostrar como os mecanismos de subjugação e opressão utilizados desde a época colonial ainda estão vigentes no Brasil e como eles podem ser claramente detectados por meio da língua falada, revelando uma tentativa de desumanização dos sujeitos mais vulneráveis nas mais diversas áreas da vida social brasileira.

Nosso foco recaiu, a guisa de exemplificação, sobre os indígenas, os negros, os LGBTQUIA+ e as mulheres, mas sabemos que outros grupos também sofrem com preconceitos os mais diversos e com uma tentativa de animalização de suas existências. A desumanização das pessoas talvez seja a faceta mais cruel dos mecanismos de opressão e dominação colonial, capitalista e neoliberal. E contra esses mecanismos não podemos parar de lutar, implementando políticas públicas de proteção e de valorização da vida e da diferença.

Compreendemos que devemos sempre pensar criticamente sobre estes mecanismos de desumanização que tentam nos enfraquecer e nos tirar poder de fala e de viver nossas vidas como realmente somos. Tais pensamentos devem nos levar a ações que forcem os políticos a implementarem políticas públicas de proteção dos grupos mais vulneráveis e devem, também, nos ajudar a modificar a sociedade onde vivemos, sempre tentando criar uma sociedade mais plural e que respeita as diferenças, sabendo conviver com estas diferenças.

Para concluir, a degradação das condições de humanidades das pessoas deve ser repelida a todo o custo e por todos os agentes sociais que detêm o poder, mesmo que mínimo, de transformação social. E tal transformação pode ocorrer a partir do ambiente escolar, lugar propício para aprendizagens que valorizem as diferenças e os saberes e fazeres dos não-eu. Ainda, a compreensão de que o homem é natureza faz com que nos entendamos como uma raça única no mundo (a raça humana) em que habitamos e dele devemos cuidar, pois somos dependentes dele para a continuação de nossas vidas neste planeta azul.

Referências

BESSA, Valéria da Hora. **Teorias da aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. Educação Pós-colonialista no Brasil: Aprendizagem Triangular. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 21, p. 59-64, jan./abr. 1995.

BUTLER, Judith. De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público? Babelia. **EL PAÍS Brasil**, 10 Jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault na Universidade Católica de Louvain em 1981 – Trad. Santos. Berten entrevista Foucault (1981). **Clinicand**. Abril 15, 2018 por Anderson dos Santos.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**. 2009-1, p. 11-40, 2010.

RODRIGUES, Wallace. A “Ladeira da Preguiça” e o estereótipo histórico da preguiça dos negros. **Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder**. UFG/Jataí, p. 1-11, 23 e 25 de setembro de 2014.

RODRIGUES, Wallace. Considerações sobre os ensinamentos antiautoritários de Paulo Freire. **Revista Anthesis**. Dossiê Paulo Freire centenário: a relação dialógica como processo de emancipação. V. 9, n. 18, p. 96-106, 2021.

RODRIGUES, Wallace. **O processo de ensino-aprendizagem Apinayé através da confecção de seus instrumentos musicais**. Tese no doutoramento em Humanidades da *Universiteit Leiden*, Leiden, Países Baixos, 2025, 241f.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre o III Fórum de Licenciaturas da UFT: o currículo como campo de batalhas ideológicas. **Revista Entreletras**. Araguaína/TO. V. 7, ed. 2, p. 221-231, 2016.

SPIVAK, Gayatri. **The Spivak reader**. LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (org.). New York: Routledge, 1996.